

O LUGAR DOS HISTORIADORES NO SÉCULO XXI OU REFLEXÕES SOBRE O FIM DA HISTORIOGRAFIA

THE HISTORIANS' PLACE IN THE CENTURY XXI OR REFLECTIONS ON THE END OF THE HISTORIOGRAPHY

Marcus Cruz¹

Endereço: Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de História, Avenida Fernando Corrêa s/n, Coxipó, CEP: 78000-000 - Cuiabá, MT – Brasil.

E-mail: marcuscruz@uol.com.br

Resumo: O papel e as funções da História e dos historiadores nas sociedades ocidentais contemporâneas atravessam um momento de grande transformação. Esse processo é resultado de um conjunto de mudanças que marcam o que se configura como a superação da Modernidade. Os historiadores estão perdendo a batalha pela construção da consciência histórica. Nosso objetivo é analisar e entender as razões desse processo e pensar o lugar da história e dos historiadores nas sociedades atuais.

Abstract: The role and the functions of the History and of the historians in the Westerner contemporary societies crosses a moment of great transformation. That process is resulted of a group of changes that mark what is configured as the overcoming of the Modernity. The historians are losing the battle for the construction of the historical conscience. Our goal is to analyze and to understand the reasons of that process and to think the place of the history and of the historians in the current societies.

Palavras-chaves: História, Historiografia, Consciência histórica, Modernidade.

Keywords: History, Historiography, Historical conscience, Modernity.

¹ Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

-A maior parte dos livros didáticos de história trata o 31 março como um golpe. Se Bolsonaro vencer, o MEC comandado por ele terá a possibilidade de escolher um conjunto de livros, em detrimento de outros. O senhor defende a mudança nesse conteúdo em relação a 1964?

-A base da democracia é a liberdade e a vontade, a coragem e a ética. Qualquer livro de história tem que falar que os militares pegaram o Brasil na 42ª economia do mundo e trouxeram para o patamar de oitava. Que a produção petrolífera saiu de 2 mil barris para 800 mil.

-Tem que falar que essa quantidade de órgãos que até hoje está atuando no Brasil na grande gestão, foram criados no regime militar. Quando se fala em FGTS, de educação de analfabetos...isso tem que estar no livro de história. E, se o historiador não relata isso, desculpe, ele não está pregando a base fundamental da democracia. Quem declara que 1964 foi um golpe é o mesmo que declara que a Dilma (Rousseff) foi vítima de um golpe.

-Mas o impeachment da ex-presidente Dilma provavelmente ainda não entrou nos livros de história. Questiono especificamente em relação a 1964, porque 1964 já entrou nos livros de história. Minha dúvida é: o senhor defende uma mudança no conteúdo dos livros de história em relação a 64?

-Os livros de história que não trazem a verdade têm que ser eliminados das escolas brasileiras.

-Minha pergunta específica é: os livros de história que tratam o regime de 64 como um golpe precisam ser eliminados?

-Não disse isso. Os livros de história que não tratam o regime de 64 no contexto da verdade tem que ser eliminados das escolas.

-O que o senhor defende em relação aos livros de história que tratam 1964 como golpe?

-Se não trouxerem a verdade completa...Essa é uma opinião pessoal do historiador. Ela trata como um golpe um presidente que foi eleito pelo Congresso Nacional com os votos daqueles que se colocaram na oposição.

-Para a enorme maioria da comunidade acadêmica internacional, o que ocorreu em 1964 foi um golpe. Não se trata da opinião de um historiador em particular. Por isso é tão importante esse questionamento. Na sua avaliação, os livros de história que tratam de 64 como um golpe deveriam ser eliminados?

-Os livros que não trazem a verdade sobre o regime de 1964 tem que ser eliminados.”²

² Entrevista do General Aléssio Ribeiro Souto concedida ao jornalista Leandro Prazeres e publicada na página do uol no dia 28 de setembro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/general-ligado-a-bolsonaro-fala-em-banir-livros-sem-a-verdade-sobre-1964.htm> Acesso em: 28 de novembro de 2018.

O trecho da entrevista concedida pelo General Aléssio Ribeiro Souto ao jornalista Leandro Prazeres e publicada no sítio do UOL no dia 28 de setembro de 2018 é passível de muitas e diversas interpretações. Para a história e os historiadores a fala do graduado militar nos remete a discussões fundamentais no campo historiográfico, qual sejam: as fronteiras e relações entre história e memória, a verdade produzida pelo conhecimento histórico, a função social e os compromissos éticos dos historiadores. Quero me ater, nestas singelas reflexões, mais especificamente a esta última questão.

Discutir o papel social e intelectual da história e dos historiadores no grave momento em que a sociedade brasileira atravessa é mais do que necessário. Talvez possa parecer ingênuo ou talvez pretensioso afirmar de que pensar o lugar da história e dos historiadores na atual conjuntura nacional signifique a diferença entre a sobrevivência de nossa sempre frágil democracia e das algumas conquistas civilizacionais ocorridas nas últimas décadas após a ditadura civil-militar ou o avanço assustador do obscurantismo, da intolerância e do autoritarismo.

A democracia que tem sido continuamente golpeada nos últimos anos no Brasil. E um dos ataques mais perversos e insidiosos é um certo revisionismo do passado, de caráter manipulador e de má fé porque feito a partir omissões, deturpações e mentiras ou para usar uma linguagem mais contemporânea devêssemos falar em pós-verdade. O que assistimos nos dias correntes é muito diferente dos conflitos de memória ou da pluralidade das interpretações historiográficas. Podemos, por exemplo, divergir acerca das construções da memória e mesmo das interpretações historiográficas, apesar de um consenso já bastante consolidado entre os membros da comunidade histórica, acerca do movimento de 31 de março de 1964. Foi uma Revolução para impedir o avanço do comunismo ou um golpe militar apoiado pelas elites para a manutenção de um *status quo* conservador? Mas não se pode negar que como desdobramento deste acontecimento se instaurou uma ditadura no Brasil e que esse regime ditatorial censurou, prendeu, torturou e matou muitos daqueles que se oponham ao regime seja pela via armada seja pela via política. E principalmente não se pode, nem mesmo se cogitar, a possibilidade de censurar ou proibir um viés analítico em nome de uma pretensa “verdade” que a rigor é apenas uma opinião sem nenhuma solidez e embasamento.

Essas considerações me conduzem ao cerne das questões que quero colocar em discussão nessa oportunidade, qual seja refletir acerca do papel da história e dos historiadores nas sociedades do século XXI. A discussão proposta não é nova, evidentemente, aquele que é considerado por uma larga tradição historiográfica o primeiro dos historiadores, o Pai da História, Heródoto no proêmio de sua *História* já busca ao legitimar sua obra conferindo-lhe, uma função social, qual seja: preservar a memória dos homens e dos feitos humanos, cito as palavras fundadoras do cidadão de

Halicarnasso:

Esta é exposição do resultado das investigações de Heródoto de Halicarnasso para evitar que, com o tempo, os feitos humanos caiam no esquecimento e que as notáveis e singulares empresas realizadas, respectivamente, por gregos e bárbaros, e em especial, o motivo de seu mútuo enfrentamento acabem sem a devida glória.³

As funções sociais da história foram múltiplas ao longo dos séculos: “*Maître à penser*, boca da verdade, desmistificador, conselheiro dos príncipes, formador da juventude, educador, defensor da pátria...pouco importam as funções evocadas, todas remetem a uma utilidade[...]”⁴. Numa tentativa simultaneamente de sintetizar e precisar em um único elemento os diferentes e diversos encargos dos historiadores entenderemos como a principal incumbência da história a construção da consciência histórica. Todas essas atribuições assumidas ou atribuídas a história, inclusive a aquela escolhida para nortear este trabalho, estão alicerçadas na ideia de que esta desempenha uma missão valiosa, singular e inigualável.

Contudo, no alvorecer do século em que vivemos esse entendimento acerca do esteio do lugar social da história parece estar se debilitando ou mesmo desaparecendo. Pode-se perceber isto tanto como uma constatação empírica, ainda que impressionista, quanto como um sentimento que se avoluma nos corações e mentes dos historiadores contemporâneos, ou seja de que estamos sendo fragorosamente derrotado na batalha pela construção da consciência histórica da sociedade e por conseguinte tendo minado nosso papel social.

Como preâmbulo essencial para a discussão proposta é necessário apresentar os conceitos essenciais para o debate, para a discussão da temática que será tratada. Nesse sentido, entendemos ser crucial delinear, ainda que de forma sintética, o conceito de consciência histórica. No que tange a esta concepção assumiremos as ideias de Jörn Rüsen, que afirma:

Afirmando sucintamente. A história é o espelho da realidade passada na qual o presente aponta para aprender algo sobre seu futuro. A consciência histórica deve ser conceituada como uma operação do intelecto humano para aprender algo neste sentido. A consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro da qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança⁵

3 HERÓDOTO. Histórias. Livros I-II. Introdução Francisco R. ADRADOS. Tradução e notas Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, 1992, p. 85.

4 DUMOULIN, Olivier. O papel social do historiador. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 17 .

5 RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento de competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p.56-57).

Portanto, para Rüsen a consciência histórica realiza a articulação entre as diferentes dimensões temporais, ou seja, é o nexos entre passado, presente e futuro. Ao realizar esta conexão a consciência histórica plasma os valores morais em um suporte temporal, voltando mais uma vez a Rüsen: “A consciência histórica transforma os valores em totalidades temporais: tradições, conceitos de desenvolvimento ou outras formas de compreensão do tempo. Os valores e as experiências estão mediados e sintetizados em tais concepções de mudança temporal”⁶

Ainda seguindo as ideias de Rüsen, a consciência histórica se divide em quatro tipos: a tradicional norteado pelo princípio da afirmação das orientações advindas do passado: “As tradições são elementos indispensáveis de orientação dentro da vida prática, e sua negação total conduz a um sentimento de desorientação massiva. A consciência histórica funciona em parte para manter vivas essas tradições”⁷

No que tange ao elemento exemplar, este está orientado pela ideia de regularidade dos modelos culturais e da existência: “Aqui a consciência histórica se refere a experiência do passado na forma de casos que representam e personificam regras gerais de mudança temporal e o que devemos evitar fazer.”⁸

No caso da dimensão crítica da consciência histórica, esta defende a negação como concepção fundamental:

Em relação a nós e a nossa própria identidade histórica, tais histórias críticas expressam uma negatividade; o que não queremos ser. Proporcionam-nos uma oportunidade para nos definirmos como não reféns de papéis e formas prescritas, predefinidas de auto compreensão. O pensamento histórico-crítico aclara o caminho para a constituição da identidade pela força da negação.⁹

Finalmente a genética que toma como elemento essencial a transformações dos modelos de orientação: “No centro dos procedimentos para dar sentido ao passado encontra-se em si mesmo a mudança. Nessa estrutura, nosso argumento é que ‘os tempos mudam’ [...] Aqui a mudança é a essência e o que dá à história seu sentido”¹⁰

A consciência histórica assim entendida assume um lugar crucial nas sociedades, pois é a operação intelectual que permite aos homens atribuírem sentido a realidade em que vivem, que permite a compreensão das transformações da existência, que permite perceber o tempo como uma dinâmica entre a experiência e a expectativa. Nas palavras de François Bédarida:

6 SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de história. Op. cit, p .57.

7 Idem. p. 62.

8 Idem. p. 65.

9 Idem p. 67.

10 Idem p. 68.

Enfim, a dialética passado/presente faz do historiador um participante privilegiado do espaço social[...] Donde a pesada reponsabilidade da formação da consciência histórica dos seus contemporâneos. Uma vez que a pergunta que assalta mais do que nunca os historiadores é para que serve a história?¹¹

É esta indispensável e crucial tarefa, a formação da consciência histórica, que durante a modernidade foi realizada mormente pelos historiadores que nas últimas décadas foi paulatinamente sendo assumida pelos meios de comunicação e especialmente pelas redes sociais. E tanto uma como a outra não possuem os mesmos critérios e compromissos com o rigor crítico documental, com a coerência, com o verosímil e principalmente com a verdade com os quais os historiadores por sua formação estão comprometidos.

A reflexão que proponho aqui é se o deslocamento da História e dos historiadores como principais construtores da consciência história seria um sintoma não apenas de crise da história, mas também, e principalmente, do desaparecimento de uma forma de escrita de História que emergiu no final do século XVIII, que se consolida ao longo do século XIX e que se estende por todo a centúria passada? Será que estamos vivendo o fim da História? Quais os desdobramentos dessa situação no que concerne ao lugar social da História e dos historiadores?

Em torno do fim da História

A temática do fim da história não se constitui como uma discussão nova nem no campo historiográfico nem no pensamento ocidental¹². Podemos rastrear o tema na teoria dos quatro impérios do Profeta Daniel, ou na obra de Políbio com seu império universal, ou mesmo em Agostinho de Hipona e o providencialismo histórico das duas cidades.

A última grande discussão acerca do fim da história foi iniciada no final dos anos 80 e início dos 90 do século passado quando o cientista político sino-americano Francis Fukuyama publica, em 1989, na revista *The National Interest* o artigo intitulado *O fim da história*¹³ e em seguida ampliando a discussão proposta lança o livro *O fim da história e o último homem*¹⁴. A tese principal de Fukuyama, retomando e combinado de

11 BÉDARIDA, François. La dialectique passé/présent et la pratique historique. In: BÉDARIDA, François (Dir.). *L'Histoire et le métier d'historien em France 1945-1995*. Paris: MSH, 1995. p.84.

12 Uma introdução a temática do fim da história especialmente das perspectivas existentes sobre o problema nos séculos XIX e XX ver ANDERSON, Perry. *O fim da História*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. Ver também JEANNENEY Jean-Noël. La « fin de l'histoire » : faribole ou forfanterie ?. In: *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n° 69, janvier-mars 2001. p. 95-104.

13 FUKUYAMA, Francis. *The end of History?* *The National Interest*, 16 (summer), 1989. p.3-18.

14 FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

forma original certas ideias de Hegel e Kovèje, era que após o colapso do comunismo soviético e a consequente vitória da democracia liberal e do capitalismo a humanidade tinha alcançado o desenvolvimento ótimo das estruturas políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, assim como para Hegel, a história teria chegado ao seu fim, pois ainda que os novos eventos empíricos possam e iriam continuar a acontecer esses necessariamente ocorreriam dentro dos limites estruturais estabelecidos e atingidos no âmbito da OCDE.

Deixando Francis Fukuyama falar por ele mesmo:

Nesse artigo [*The end of History? Publicado em 1989 na revista National Interest*] eu argumentava que nos últimos anos, surgiu no mundo um notável consenso sobre a legitimidade da democracia liberal como sistema de governo, à medida que ela conquistava ideologias rivais como a monarquia hereditária, o fascismo e, mais recentemente, o comunismo. Entretanto, mais do que isso, eu afirmava que a democracia liberal pode constituir o ‘ponto final da evolução ideológica da humanidade’ e ‘a forma final de governo humano’, e como tal, constitui o ‘fim da história’.[...] A princípio muitas pessoas ficaram confusas com o uso que fiz da palavra ‘história’. Tomando a história no sentido convencional de ocorrência de eventos, citavam a queda do Muro de Berlim, a rejeição do comunismo chinês na manifestação da Praça Tiananmen e a invasão do Kuwait pelo Iraque como provas de que a ‘história continuava’ e que, *ipso facto*, minha teoria estava errada. Contudo, o que eu sugeria não era o fim da ocorrência dos eventos, nem dos fatos grandes e importantes, mas da História, ou seja, da história como processo único, coerente e evolutivo, considerando a experiência de todos os povos em todos os tempos. Essa compreensão da história está intimamente associada ao pensamento do grande filósofo alemão G.W.F. Hegel.¹⁵

A interpretação e ideias de Fukuyama foram debatidas e refutadas por diversos autores de diferentes perspectivas teóricas¹⁶. Apenas como exemplo, podemos citar, a partir de um ângulo marxista, a obra *A história depois do fim da História*¹⁷ do professor espanhol Josep Fontana, ou ainda numa visão liberal o livro *O choque das civilizações* de Samuel Huntington¹⁸.

Nossa discussão se apresenta como um tanto quanto distinta da polêmica ocorrida no último quarto dos noventa, pois a preocupação não é discutir a validade de macro modelos interpretativos e nem advogar que a história entendida como *res gesta*, ou seja com o desenrolar dos acontecimentos e eventos que pululam e que se

15 FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem Op. cit., p.11-12.

16 ALMEIDA, Paulo Roberto de. O fim da história, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou? Meridiano 47, nº 114, jan.2010. p.8-17.

17 FONTANA, Josep. La historia después del fin de la historia. Barcelona: Crítica, 1992.

18 HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. Para uma comparação entre as perspectivas dos autores ver MELO, Natália Nóbrega de. O desenvolvimento político em Huntington e Fukuyama In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 80, 2010. p.97-125.

plasmam na realidade social será interrompida. De que nada de novo haverá no *front* da História. O debate é outro, qual seja em torno da história entendida como *res gestarum*, ou seja acerca da escrita da história, mais especificamente sobre uma forma de escrita da história que marca e caracteriza o que a modernidade, seguindo as ideias de Júlio Aróstegui, denomina de historiografia¹⁹ e que assume nos últimos séculos como uma de suas funções primordiais a construção da memória e a configuração da consciência histórica.

O nascimento da historiografia: a escrita da história da modernidade

Começamos procurando definir o que estamos denominando por historiografia. O termo é comumente utilizado em dois sentidos. O primeiro o entende como dizendo respeito as discussões teóricas e conceituais da História. Uma segunda acepção bastante corrente é concebe-la como história da História, essa talvez seja a significação mais consensual e utilizada²⁰.

No entanto, conceituamos historiografia a partir dos caminhos trilhados por Júlio Aróstegui, qual seja de considerar o termo para designar a forma, a maneira como a escrita da História se configura a partir de meados do século XVIII e que caracteriza o modo como a Modernidade pensou a sua própria historicidade, bem como de outras sociedades. Nas palavras do Professor da Universidade Complutense de Madri:

A historiografia, como outras disciplinas do conhecimento social, foi 'construindo-se' ao longo de um problemático processo de aquisições, debates, incluindo os desvios e as heterodoxias, que se tem desenvolvido, sobretudo no curto prazo, desde o século XIX, e em um perspectiva mais ampla, desde o Iluminismo, no século XVIII"²¹

Cabe, então, apresentarmos as características e pressupostos desta maneira de escrita da História que emerge a partir da Ilustração como a confluência de um lado dos avanços da crítica documental e por outro da afirmação da Filosofia da História

Um primeiro elemento e talvez o mais essencial para definir a historiografia é que nesta a História passa a ser entendida como um processo. Isso significa que os acontecimentos somente ganham significado quando colocados em uma serie cronologicamente organizada. Assim como, e mais fundamentalmente, o curso das

19 ARÓSTEGUI, Júlio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006. p.31-37.

20 Basta pensarmos em diversas obras que tem por objetivo apresentar um panorama das diferentes e diversas formas que a escrita da história assumiu ao longo do tempo e que no título utilizam o termo historiografia. Apenas, à guisa de uns poucos exemplos podemos citar: CARBONEL, Charles-Olivier. Historiografia. Lisboa: Teorema 1987.; CAIRE-JABINET, Marie-Paule. Introdução à historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2003.; IGGERS, Georg. Historiography in the twentieth century. From scientific objectivity to the postmodern challenge. Middletown: Wesleyan University Press, 1997; LEFEBVRE, George. El nacimiento de la historiografia moderna. México: Ediciones Martins Roca, 1974.

21 ARÓSTEGUI, Júlio. Op. cit. p.98.

sociedades humanas é percebido e concebido como movimento, como transformação²².

O processo histórico é concebido como tendo uma racionalidade, assim como a Natureza possui uma lógica que se expressa na forma de Leis, como bem havia demonstrado Isaac Newton com o *Philosophiae naturalis principia mathematica*, no qual apresenta as leis da mecânica clássica, o desenvolvimento das sociedades também é regido por normas racionais e portanto, cognicíveis. Sendo a tarefa dos historiadores e/ou filósofos descobrirem esses princípios ocultos. Como fez Edward Gibbon no seu *Decline and fall of Roman Empire* que descortinou as razões da desagregação de Roma, no caso a barbárie e a superstição; em outras palavras as invasões germânicas e o avanço da Igreja cristã.

Por ser racional o processo histórico poderia ser explicado também de forma racional, não sendo mais necessário apelar para uma interpretação transcendente seja a Fortuna ou a Providência divina para dar sentido aos acontecimentos humanos. É possível, mais é necessário, a partir de então buscar a explicação do processo histórico de forma imanente, ou seja, internamente ao próprio desenvolvimento das sociedades. As causas da História não são mais externas a ela, são agora internas a esta.

A concepção da História como processo está articulada a outro elemento fundamental para o surgimento da historiografia, qual seja aquilo que foi definido por Reinhart Koselleck como a História como um singular coletivo. Citado o eminente historiador alemão:

*Até então, fora impossível imaginar o termo [história] sem um sujeito – ‘história’ se referia a Carlos Magno, à França, etc.[...]Ou então, uma história – como narrativa – visava a um objeto que fazia parte dela. Isso mudou tão logo os historiadores iluministas começaram a tentar apreender a ‘História em si’. A ‘história em si e para si’ podia ser pensada sem um sujeito que lhe fosse atribuído. Comparada com a facticidade das pessoas e dos acontecimentos, a ‘história em si’ constituía um metaconceito.*²³

Isto significa que a História passa a ser entendida não apenas como uma construção racional, mas principalmente que ela havia emergido como um campo autônomo da realidade que em sua complexidade orientava toda a experiência humana por meio da configuração da consciência histórica.

A forma de escrita da história, que estamos denominando de historiografia, que emerge a partir dessas concepções está profundamente comprometida com outros dois princípios: a cientificidade e a verdade.

A historiografia, tanto ao longo do século XIX quanto na centúria seguinte,

22 Sobre essa questão ver especialmente: KOSELECK, Reinhart et ali. O conceito de história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.146-151.

23 Idem. p.122.

buscou com tenacidade e persistência se constituir enquanto uma ciência seja dentro do paradigma newtoniano seja seguindo as premissas do modelo científico pós Teoria da Relatividade einsteiniana²⁴. Esse esforço foi, fundamentalmente, de cunho metodológico com o estabelecimento de um conjunto de regras e procedimentos que regulamentam o ofício do historiador.

É claro que ao longo de mais de duzentos anos de desenvolvimento as ferramentas metodológicas se transformaram, por exemplo de uma metodologia centrada no documento que marca os historiadores dos oitocentos para a História Problema pós Annales, ainda que o surgimento da história problema também traga mudanças de ordem teórica e não apenas de caráter metodológico.

Este labor, esta luta, algumas vezes inglória de se constituir como uma ciência está fortemente articulada a perseguição incessante pelos historiadores da verdade²⁵. Evidentemente que também a noção de verdade se modificou ao longo das últimas centúrias. De uma concepção de verdade absoluta que embasa a conhecida máxima rankeana: “wie es eigentlich gewesen” (o que realmente aconteceu) até uma visão da verdade como parcial e provisória como na metáfora, do também alemão, ainda que não historiador mas filósofo Nietzsche, do vôo dos pássaros que buscam transpor o mar, isto é a verdade como um objetivo inalcançável, mas que estamos, enquanto humanos, fadados a buscar²⁶.

A historiografia, portanto, se concebe como um conhecimento científico, lembremos a conhecida definição de História proposta por Marc Bloch, no seu Apologia a História ou o ofício do historiador, essa obra ainda hoje obrigatória, para ele a história é: “[...] não é apenas uma ciência em marcha. É uma ciência na infância[...] não há senão uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos”²⁷. Uma ciência e por conseguinte um saber que se entende como verdadeiro, mesmo que essencialmente parcial e provisório.

Essa historiografia nascida de uma concepção de história entendida como processo, como transformação, do mesmo modo como um coletivo singular e que se configura como um conhecimento científico e com um compromisso inabalável e inexorável com a verdade assume diversas e diferentes funções na modernidade. Duas

24 BENTIVOGLIO, Júlio; LOPES, Marcos Antônio. A constituição da história como ciência. De Ranke a Braudel. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

25 REIS, José Carlos. História e verdade: posições. In: REIS, José Carlos. História & Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003. p.147-177; RICOEUR, Paul. História e Verdade. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968. SCHAFF, Adam. História e Verdade. 4ªed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

26 “Nós aeronautas do espírito! – Todos esses ousados pássaros que voam para longe, para bem longe – é claro! Em algum lugar não poderão mais prosseguir e pousarão num mastro ou num recife – e ainda estarão agradecidos por essa mísera acomodação! Mas quem poderia concluir que à sua frente não há mais uma imensa via livre, que voaram tão longe quanto é possível voar? Todos os nossos grandes mestres e precursores pararam, afinal, e não é com o gesto mais nobre e elegante que a fadiga se detém: assim também será e com você! Mas que importa a mim e a você! Outros pássaros voarão adiante! Esta nossa ideia e crença porfia em voar com eles para o alto e para longe, sobe diretamente acima de nossa cabeça e de sua impotência, às alturas de onde olha na distância e vê bandos de pássaros bem poderosos do que somos, que ambicionarão as lonjuras que ambicionávamos, onde tudo é ainda mar, mar, mar! – E para onde queremos ir, então? Queremos transpor o mar? Para onde nos arrasta essa poderosa avidez, que para nós vale mais que qualquer outro desejo? Por que justamente nessa direção, para ali onde até hoje todos os sóis da humanidade se puseram desapareceram? Dirão as pessoas, algum dia, que também nós, rumando para o Ocidente, esperávamos alcançar as Índias – mas que nosso destino era naufragar no infinito? Ou então, meus irmãos? Ou?” NIETZSCHE, Friedrich. Aurora. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.283-284.

27 BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p.47;67.

delas nos interessam mais diretamente, qual seja: a construção da memória e a configuração da consciência histórica.

As funções da História

O problema da função social da História, da serventia e utilidade da História é uma questão que preocupa os historiadores desde os primórdios da investigação histórica. As palavras do ateniense Tucídides que abrem um dos primeiros livros, no caso A História da Guerra do Peloponeso, que consideramos uma obra histórica já enfrenta essa questão para justificar a escrita mesmo da obra:

Tucídides de Atenas escreveu a história da guerra entre peloponésios e atenienses relatando como se desenrolaram suas hostilidades[...] porque pensava que esta era a mais importante e mais memoráveis que as anteriores[...] Pois os acontecimentos anteriores, bem como os mais antigos, eram impossível, certamente, de serem conhecidos com precisão por causa da distância do tempo, porém pelos indícios a que possa dar crédito quando indago ao mais distante possível, não creio ter ocorrido nada mais importante nem no que se refere as guerras ou as demais assuntos.²⁸

Mais contemporaneamente, a já citada obra de Marc Bloch, também se inicia buscando na função da história a sua justificativa e legitimação: “Papai, então me explica para que serve a história.” Assim um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. Sobre o livro que se vai ler, gostaria de poder dizer que é minha resposta.”²⁹

Ao longo dos tempos, desde Heródoto e suas História até os dias hodiernos os historiadores desempenharam diversas e diferentes funções nas variadas sociedades inseridas no devir histórico. Nos interessa nesta oportunidade duas dessas incumbências sociais dos historiadores: aquela relativa a construção da memória e a que concerne a configuração da consciência histórica.

Desde a sua emergência a historiografia assumiu a missão de dotar de uma memória, de um passado um conceito que como ela, a historiografia, havia nascido na passagem do século XVIII para o século XIX, a saber: a nação. Enquanto a historiografia era filha do Iluminismo, a nação, esse novo conceito a que nos referimos, é descendente da Revolução tanto a americana quanto a francesa.

A nação que fundamenta e ratifica o novo consenso político social que sustenta

28 TUCÍDIDES. Historia de la Guerra de lo Peloponeso. Libros I-II. Introdução geral Julio Calonge RUIZ; Tradução e notas Juan José Torres ESBARRANCH. Madrid: Editorial Gredos, 1990. p.115-119.

29 BLOCH, Marc. Op.cit. p.41.

o mundo moderno encontra nos historiadores auxiliares essenciais para elaborar um passado que a legitime, encontrando seja nas vigorosas florestas germânicas, seja em atos piedosos ou heroicos de monarcas em longínquas eras as origens, que sabemos hoje serem míticas, das nacionalidades imaginadas na modernidade.

A historiografia teve essa função, fundamentalmente no século XIX, mas em certo sentido essa tarefa se manteve no novecentos, de dar raízes históricas a nação, a este conceito artificial e inventado³⁰. Os historiadores foram um dos principais responsáveis, ainda que não os únicos, pelo que Patrick Geary considera o maior lixo tóxico da humanidade, o nacionalismo, em sua mais diversas matizes e perspectivas³¹.

Além de construir o passado, a memória da nação os historiadores assumiram também outra tarefa fundamental a configuração da consciência histórica. Neste aspecto é essencial não esquecermos a importância que teve a introdução da disciplina de história nos currículos escolares. O ensino de História foi um dos principais, senão o mais fundamental, dos mecanismos de configuração da consciência histórica.

Um pequeno e singelo exemplo do que estou dizendo pode ser percebido quando procuramos nos recordar da independência do Brasil. A imagem que surge para nós brasileiros é o famoso quadro de Pedro Américo que foi pintado muitos anos após o 7 de setembro de 1822. Essa imagem invade a nossa consciência histórica essencialmente porque ela está reproduzida em praticamente todos os livros didáticos de História.

No entanto, nos dias atuais a História e os historiadores nos parecem deslocados de suas funções. Vamos tentar entender porque e quais os desdobramentos desse deslocamento.

A Crise da modernidade e da história

É lugar comum nos estudos de história da escrita da história afirmar que nas últimas décadas do século passado que o campo historiográfico entrou em crise. Diversas obras discutem essa questão, podemos citar como exemplo o livro de Gerard Noireil, *Sobre a crise da História*³².

A crise da historiografia, nos parece, está intimamente relacionada com o progressivo abandono das concepções que fizeram surgir a própria historiografia, qual seja a ideia da história como processo e da história como um coletivo singular. Bem como da censura da cientificidade, da implosão do estatuto da verdade e da crítica ao nacionalismo. Em suma, no que parece ser a ultrapassagem e superação da

30 Sobre essa problemática ver especialmente: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. HOBBSBAWN, Eric. *Naciones y nacionalismo des 1780*. Barcelona: Crítica, 1991; HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. GEARY, Patrick. *O mito das nações*. São Paulo: Editora Conrad do Brasil, 2005.

32 NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis dela historia*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997. Sobre a crise da História ver também BERBERT JUNIOR, Carlos Oiti. *A história, a retórica e a crise dos paradigmas*. 2ª ed. Goiania: Editora da Imprensa Universitária, 2017. BARROS, José D'Assunção. *As crises recentes da historiografia*, In: *Diálogos* v.14, nº1, 2010. p.133-158. Para a questão no campo historiográfico brasileiro ver MAIA, Carlos Alvarez. *Crise da história ou a crise dos historiadores no linguistic turn, o caso brasileiro*. In: *Projeto História* nº41, 2010.p.351-382.

modernidade substituída por uma pós-modernidade, na falta de uma nomenclatura melhor.

A História entendida como um processo é questionada por aquilo que François Hartog denomina de presentismo, na qual o presente é um monstro paradoxal, pois é tudo e simultaneamente quase nada. Essa perda de densidade temporal inviabilizava a diferença entre passado, presente e futuro que acabam se amalgamando num tempo único³³. E num tempo assim concebido como é possível perceber a transformação? Como pensar o processo histórico?

A História percebida como um coletivo individual é atacada pela extrema fragmentação da historiografia após a segunda metade do século XX, naquilo que um outro François, desta feita o Dosse denomina de História em migalhas.³⁴ A multiplicação de temáticas e as abordagens que privilegiam no jogo de escalas o microhistórico, mas também o fortalecimento legítimo das perspectivas históricas de grupos e mesmo de indivíduos solapam a percepção da história como coletivo individual.

Por outro lado, a ciência e a tecnologia criaram condições para horrores até então inéditos e inimagináveis na história humana. Da guerra química as armas de destruição em massa, passando pelas câmaras de gás e outras formas de genocídio. Com isso o otimismo e a fé no saber científico foram profundamente abalados, ainda que a ciência continue a ser a forma de saber hegemônico nos tempos hodiernos, a cientificidade deixou de ser um elemento legitimador de uma disciplina.

Finalmente a Filosofia da Linguagem do novecentos ao inquerir fortemente a relação ontológica entre a palavra e a coisa, em realidade rompendo e esgarçando essa relação colocou em xeque o estatuto e mesmo a possibilidade da verdade, ainda que provisória e parcial. Estaríamos condenados e aprisionados aos jogos de linguagem. A verdade está morta.

Diante desse quadro a historiografia parece ferida de morte. Seus fundamentos teóricos e mesmo metodológicos foram senão derrubados ou pelos menos fortemente abalados. Estou cada mais convencido de que a forma de escrita da História que marca e caracteriza a modernidade encontra-se em processo de superação.

No entanto, isso não significa que a escrita da história e os historiadores irão desaparecer. As formas de escrita da história se transformaram ao longo do tempo. Não escrevemos mais história como Tucídides, Tito Lívio, Paulo Orósio, Geoffrey de Monmouth, Jean Froissart, Gomes Eanes de Zurara ou Bousset o fizeram em suas respectivas épocas.

Os caminhos que se apresentam diante dos historiadores são ainda recobertos

33 HARTOG, François. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Ver também PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdeí. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. In: Revista da UFMG v.23, nº1/2, 2016. p.270-297.

34 DOSSE, François. A História em migalhas. Dos annales à Nova História. Campinas,SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p.167-247.

pela névoa de um novo amanhecer. As veredas a nossa frente são bastante variadas e muitas delas, na verdade todas, repletas de perigos e desafios.

Porém qualquer que seja o caminho escolhido para constituir uma nova escrita da história, os historiadores não podem abrir mão de lutarem pelo hegemonia da configuração da consciência histórica, para isso precisamos mais do que repensar teorias e metodologias, necessitamos urgentemente encontrar formas mais adequadas de comunicar o conhecimento histórico, mas isso não significa de forma alguma o abandono do compromisso com a busca da verdade e por conseguinte o combate sem trégua a pós-verdade.

Assim, entendo que a principal função social do historiador em nossa sociedade é de recuperar a hegemonia da configuração da consciência histórica no sentido de realizar a estafante e difícil tarefa de desnaturalizar aquilo que parece natural, de historicizar radicalmente aquilo que parece eterno, de desconstruirmos a memória, de destruir a pós-verdade.

Termino lembrando que o dia 19 de agosto foi instituído como o dia do historiador. Uma efeméride relativamente recente. Espero que essa singela homenagem a este profissional seja o reconhecimento da importância do seu trabalho e não um tributo um ofício moribundo.

Recebido em 16 de outubro de 2018.

Aprovado em 12 de dezembro de 2018.